Inspired News
Publicado em 23/06/2025 - 10:04

Projeto inova saúde com interoperabilidade de dados entre hospitais

Iniciativa pioneira visa compartilhar dados médicos entre instituições, permitindo um atendimento mais ágil e seguro aos pacientes em situações emergenciais.

Autor: Laura Mendes

Imagine-se enfrentando uma emergência de saúde enquanto viaja para um estado diferente, longe de sua residência. Ao chegar ao pronto-socorro, a necessidade de relatar alergias, medicamentos em uso ou até mesmo um histórico de cirurgias é eliminada. Em vez disso, após sua autorização, o médico acessa seu prontuário completo, acelerando o atendimento. Este é o futuro que um novo projeto ambicioso, liderado pelo InovaHC, núcleo de inovação tecnológica do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (HC-USP), pretende realizar por meio do compartilhamento de dados entre hospitais privados, laboratórios e operadoras de planos de saúde.

Atualmente, a maioria dos hospitais e laboratórios privados já adota sistemas digitalizados, permitindo que a jornada do paciente seja registrada em bancos de dados internos. A proposta do projeto é testar a interoperabilidade, que facilita a integração de informações de saúde e permite que profissionais de diferentes instituições acessem dados do paciente, desde que haja autorização prévia. Isso requer a adesão a protocolos e padrões comuns, como explica Marco Bego, diretor executivo do InovaHC.

Inspirando-se no conceito de open finance, que padronizou e permitiu o compartilhamento de informações financeiras entre bancos com o consentimento do cliente, o projeto de saúde visa criar um sistema similar para o setor. Atualmente, hospitais renomados como Sírio-Libanês, Beneficência Portuguesa de São Paulo e Oswaldo Cruz, além das redes de diagnósticos Dasa, Fleury e Sabin, estão nas etapas finais de negociação para o primeiro teste, que deve ser lançado em um prazo de até 120 dias.

Bego enfatiza que a interoperabilidade, que envolve a ideia de um prontuário compartilhado, é uma discussão recorrente no setor de saúde nos últimos anos. Ele menciona um projeto anterior em que o HC levou atendimento remoto a comunidades indígenas do Alto Xingu, utilizando equipamentos de ultrassonografia portáteis. No entanto, a falta de comunicação entre os sistemas impediu avanços significativos, fazendo com que os pacientes tivessem que retornar ao SUS para consultas adicionais sempre que um diagnóstico era feito.

“Queremos garantir que os hospitais tenham acesso às informações necessárias para prestar um atendimento mais eficaz. Imagine um cenário onde um paciente é atendido em um pronto-socorro e os médicos não têm informações sobre ele. Com a interoperabilidade, eles poderão verificar alergias, histórico de exames e condições médicas, permitindo que o tratamento seja definido de maneira mais assertiva”, justifica Bego.

A Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp) também está envolvida nas discussões sobre essa iniciativa. Antônio Britto, diretor executivo da entidade, expressa sua preocupação com a defasagem dos sistemas públicos e privados no Brasil, ressaltando que muitos desperdícios no setor são decorrentes da falta de integração de dados: “É impossível melhorar a assistência e reduzir gastos sem antes avaliar o histórico dos pacientes. Cada visita ao médico recomeça do zero, levando a um uso ineficiente de tempo e dinheiro”, observa.

Daniel Greca, Diretor de Inovação e Saúde Populacional do Sírio-Libanês, acredita que a proposta pode aumentar a eficiência dos atendimentos e do sistema de saúde como um todo, contribuindo para a diminuição de custos. No entanto, ele salienta que o teste do projeto-piloto será crucial para validar esses objetivos e criar um modelo de negócios que possa ser aplicado a diferentes instituições.

A secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, ressalta que o SUS já possui uma plataforma de interoperabilidade. Dados de municípios, estados e instituições federais são compartilhados na Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), que armazena informações em conformidade com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Ana Estela acredita que a iniciativa do Hospital das Clínicas pode criar uma ponte entre os sistemas de saúde pública e privada, promovendo eficiência e melhorando a experiência do paciente.

"Se conseguirmos estabelecer uma plataforma comum, todo o setor colherá benefícios, principalmente os pacientes, que terão fácil acesso ao seu histórico de

Copyright © Clipclap 2025.

saúde e poderão tomar decisões informadas", afirma Ana Estela.

Além dos hospitais, redes de farmácias, como as da RD, com os selos Raia e Drogasil, e a Bradesco Saúde, estão em fase final de negociação para integrar o projeto piloto. Marcia Ogawa, conselheira do InovaHC, argumenta que as drogarias poderiam compartilhar dados sobre vacinas e testes rápidos realizados em suas unidades. As operadoras, por sua vez, poderiam agilizar autorizações para procedimentos e facilitar a quitação de pagamentos aos hospitais, reduzindo as glosas – quando o pagamento é retido devido a divergências entre prestadores e operadoras.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) destacou que, no setor de saúde suplementar, os dados assistenciais são enviados pelas operadoras em conformidade com o Padrão de Troca de Informações da Saúde Suplementar (Padrão Tiss). A ANS observa que a interoperabilidade é essencial para a eficiência do sistema de saúde, contribuindo para um uso mais racional dos recursos e para a redução de desperdícios.

Entretanto, a coordenadora do programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marina Paullelli, expressa preocupações sobre a segurança e o uso dos dados. Embora veja o projeto como uma oportunidade de melhorar a gestão e o acesso à saúde, ela alerta que se os cuidados necessários não forem respeitados, podem surgir práticas abusivas e discriminatórias. Marina defende que as informações devem ser utilizadas exclusivamente para o atendimento médico, com a autorização do paciente, ou para fins de interesse público, como para a formulação de políticas públicas.

"Os dados não devem ser utilizados para marketing personalizado ou para discriminar pacientes em função de seu histórico médico", afirma. O consentimento informado dos usuários é fundamental para que eles compreendam claramente quem terá acesso a suas informações e para que fins.

Ana Estela também compartilha a preocupação sobre o uso de dados para restringir o acesso a planos de saúde. Ela salienta que a propriedade dos dados é dos usuários, que devem ter clareza sobre o acesso às suas informações: "Acesso aos dados deve ser restrito ao paciente e aos profissionais de saúde envolvidos no atendimento. Esse é um princípio fundamental que deve ser respeitado", afirma.

Ana Maria Malik, professora do FGVSaúde, alerta que, apesar do potencial do projeto, é crucial ter cautela para que os dados dos pacientes não sejam utilizados para práticas discriminatórias ou para limitar o acesso a convênios de saúde.

Copyright © Clipclap 2025.

Marina, do Idec, também ressalta a necessidade de uma regulamentação mais robusta da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em relação ao uso de dados de saúde. Ela sugere que um sistema de interoperabilidade deva ter certeza de que os dados sejam armazenados de forma que não conectem o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) com outras bases de dados.

Além disso, é fundamental garantir que os usuários tenham o direito de editar, corrigir ou excluir seus dados a qualquer momento, respeitando as garantias estabelecidas pela LGPD.

Fontes: O Globo, Agência Nacional de Saúde Suplementar, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

https://www.inspirednews.com.br/projeto-inova-saude-com-interoperabilidade-de-dados-entre-hospitais

Veículo: Online -> Site -> Site Inspired News

Copyright © Clipclap 2025.